

## **Extrema-esquerda e clandestinidade: uma análise organizativa dos partidos marxistas brasileiros nos anos 1950 - 1960<sup>1</sup>.**

Este paper analisa os traços organizativos dos partidos da extrema esquerda no Brasil durante a década de 1950. São discutidos as orientações e as principais características organizativas desses grupos, a saber: o Partido Comunista do Brasil (PCB), o trotskista Partido Operário Revolucionário (POR) e a luxemburguista Liga Socialista Independente (LSI). Esses partidos, apesar de discordarem em pontos cruciais de sua política, tinham em comum o fato de reivindicarem o marxismo como base teórica fundamental de sua identidade organizativa. Concluímos que além de se remeterem às divergências entre as correntes e frações internas do movimento comunista internacional às quais cada um deles se filiava, os diferentes patamares de força organizativa entre os partidos correspondiam às diferenças no nível de recepção de suas ideologias no cenário político da época, cenário este que impunha enormes dificuldades à institucionalização desses grupos (clandestinidade, anticomunismo, crise do movimento comunista internacional). Os resultados aqui obtidos foram construídos a partir da comparação das diretrizes organizativas dos partidos, garimpadas nos discursos presentes em jornais e programas partidários, bem como entrevistas realizadas com alguns de seus mais importantes membros.

*Palavras-chave: Partidos de Esquerda no Brasil; Disciplina Partidária; Organizações Marxistas.*

### **Introdução**

Existe, entre os partidos de orientação marxista, uma relação inextrincável entre as suas definições ideológicas e conformações organizativas. A questão da centralização do poder decisório dentro dos partidos de orientação marxista figurou como nó górdio de querelas que se desenvolveram ao ponto de fundar tradições de pensamento muito distintas entre si. Entre as tradições mais significativas nos anos 1950 no Brasil encontravam-se o stalinismo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o trotskismo do Partido Operário Revolucionário (POR) e o luxemburguismo (ou anti-bolchevismo) da Liga Socialista Independente (LSI).

Colocando a questão nos termos propostos por Panebianco (Panebianco 2005), apontamos que existiu, nos partidos pesquisados, uma ligação entre a capacidade dos de formar sua identidade ideológica com a eficiência de sua institucionalização, mensurada a partir de duas variáveis fundamentais: *i) os níveis de democracia partidária*, entendida como a forma de distribuição e exercício do poder decisório interno. É importante ressaltar que levamos em consideração, para a investigação dessa variável, a existência de mecanismos estáveis, em toda a estrutura partidária, que permitissem a participação constante e ativa dos militantes, em diferentes níveis, na definição dos rumos políticos e ideológicos dos partidos. Assim, perdem importância os procedimentos para a escolha de lideranças internas (já que a seleção de candidatos a cargos eletivos, se não inexistente, era muito fortuita), e se ressalta a possibilidade de participar dos círculos mais altos da decisão da agenda política, bem como de organizar, internamente, grupos de oposição e concorrência a tais

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014)

espaços, mantendo-se um nível mínimo da estabilidade partidária; ii) *os níveis de autonomia organizativa* em relação a outras organizações partidárias do Brasil e do exterior.

Inicialmente, algumas das fontes bibliográficas que abordam a história das organizações aqui discutidas nos apresentavam indícios de que os programas políticos mais definidos eram justamente aqueles que pertenciam a organizações menos dependentes de instituições externas ou menos levadas a se adaptar ao ambiente. As chances de autonomia político-ideológica de cada organização em relação a um ambiente hegemônico pelo desenvolvimentismo - e, no caso do campo da esquerda, hegemônico pelo “desenvolvimentismo pecebista” - aparecem aumentadas à medida que desenvolvem limites definidos o suficiente para garantir proteção ao partido em relação às inúmeras hostilidades impostas pela ilegalidade e, ao mesmo tempo, oferecer bases mais sólidas nas trocas políticas com o que Panebianco (Panebianco 2005) chama de *instituições patrocinadoras*.

Para melhor justificar nosso recorte, é importante que façamos uma breve descrição dos traços específicos de cada partido. Entre os casos aqui analisados, o PCB é sem dúvidas o partido com o maior nível de institucionalização: tinha uma estrutura fortemente centralizada, cargos e tarefas oficialmente delimitados, uma dinâmica interna bastante regular para os padrões de um partido clandestino (embora muitas vezes essa dinâmica se restringisse a reuniões entre os membros da direção) e com limites institucionais bem definidos, apresentando uma organização inspirada no “modelo leninista”<sup>2</sup>. Viveu dois anos na legalidade (1945-1947), o que ampliou a sua já significativa relevância no cenário político nacional – em 1946, o número de militantes ativos beirou os 200 mil (Segatto 1989). Sua conturbada relação com o regime democrático contou com momentos importantes de conciliação, como no episódio da Assembléia Constituinte de 1946, na qual o Partidão compunha a quarta maior força política representada, contando com 14 deputados e um senador (Braga 1997).

Esse pacto só se rompe novamente com a cassação do registro legal do PCB em 1948, durante o governo Dutra. É nesse ano que se inaugura um período de profundo descrédito dos seus militantes em relação ao regime democrático-burguês, alimentado pela reestruturação da Internacional Comunista (ou Terceira Internacional) na forma de Cominform<sup>3</sup>. A partir de então, o Partido vive uma série de transformações em sua linha política, que vai se redesenhando até o V Congresso, em 1960. Nesse período, as redefinições programáticas pecebistas foram, por um lado,

---

<sup>2</sup> A apropriação que os partidos comunistas fizeram dos escritos de Lênin é alvo de inúmeras polêmicas, principalmente no que diz respeito à organização e à democracia partidária. Pelos limites deste trabalho, não nos aprofundaremos no debate sobre as possíveis distorções das orientações leninistas. Adotaremos o termo que é de uso corrente na literatura para designar o modelo seguido pelos comunistas. Suas características mais relevantes para a nossa discussão serão apontadas no capítulo destinado ao PCB.

<sup>3</sup> O Cominform – ou Agência de Informação dos Partidos Comunistas - foi fundado em 1947 por Stálin para coordenar as ações dos partidos comunistas sob a orientação soviética.

influenciadas pelas oscilações em sua relação com o regime político: é possível apontar os reflexos das alianças com o Partido Trabalhista e da ampliação das suas possibilidades de participar de coalizões. Por outro lado, elas seguiam as diretrizes do stalinismo, que, além de aproximar teoricamente os comunistas das teses desenvolvimentistas, determinavam que o partido se mantivesse fiel à direção soviética. Não por acaso, a sua guinada política é iniciada pelo impacto das Resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da dissolução do Cominform, em 1956.

O trotskista POR foi fundado em 1952 e resistiu até o ano de 1990. Sua origem remonta ao III Congresso da IV Internacional<sup>4</sup>, realizado em 1951 em Paris (Coggiola 1984); (Neto 2004). Na ocasião, decidiu-se pela construção de um Bureau Latino Americano (BLA), sediado em Montevideú e tendo o argentino J. Posadas como secretário. O novo organismo dedicou-se a organizar a IV Internacional na América Latina, enviando um representante ao Brasil para impulsionar a criação do novo partido.

Sob orientação do BLA, o POR assume a política que ficou conhecida como *entrismo*: seus militantes deviam ingressar no PCB, na tentativa de influenciar sua política e ganhar quadros para as suas próprias fileiras (Neto 2005). A atividade dupla criou uma situação particularmente desconfortável para os militantes do partido: além de todas as dificuldades impostas pelo cenário político inóspito, tinham a excepcional tarefa de fazer frente à hostilidade dos comunistas e vencê-los em seu próprio território. Minoritário e aparentemente frágil organizativamente, acaba a reboque do “Partidão”, aproximando-se de muitas de suas teses.

A LSI, fundada em 1956 por militantes rompidos com a IV Internacional, propunha uma crítica radical ao modelo organizativo bolchevique. Defendia a formação de organizações partidárias menos centralizadas no que diz respeito à possibilidade de formulação e tomada de decisões, traço característico das teses de Rosa Luxemburgo (Ferreira 2005). O partido definiu em estatuto espaços para livre contestação e organização de tendências baseadas na discordância política, pressupondo que qualquer militante poderia e deveria influenciar a linha política a ser adotada. A LSI propunha que se ampliasse a participação dos seus militantes em diversos espaços decisórios, acreditando que essas formas de ação também permitiam aprimorar sua educação política e consciência de classe. No *corpus* documental analisado, é nos textos da LSI que encontramos maior número de propostas alternativas às presentes nos documentos do PCB. Na sua “Proposta de Programa” pouco se aborda o tema da industrialização, por exemplo. Nele há um

---

<sup>4</sup> A Quarta Internacional é uma organização comunista internacional fundada na França em 1938, por Trotsky e seus seguidores. O objetivo era criar uma organização de oposição ao movimento centralizado em Stálin, mas mantendo o vínculo com a tradição bolchevique.

espaço substancial dedicado à questão agrária (tratada de forma muito distinta da visão pecebista), à questão da educação e da maximização dos espaços de atuação e decisão política dos trabalhadores em sindicatos, conselhos, órgãos de gestão estatal, etc. Além disso, o programa apresenta um projeto de Estado Socialista, com definição de poderes e instâncias públicas de decisão política (Assembléia Geral, Poder Judiciário, etc). Importante ressaltar que o projeto é datado de 1956 – ano do XX Congresso do PCUS – e já apresenta forte crítica à visão que gerou a reorientação política do PCB em 1958.

Nas sessões que seguem, procuramos apresentar as principais características dos partidos analisados. São explorados os desafios teóricos e metodológicos que o estudo de partidos clandestino nos impôs. Apresentamos as mais importantes mudanças e variações programáticas compiladas nos principais documentos partidários produzidos pelas agremiações na década de 1950 (Programas de Partido, Resoluções Congressuais, textos para o debate ideológico escritos por seus militantes em seus jornais internos) e as definições organizativas e de regras institucionais, contidas nos Estatutos e documentos de consolidação dos princípios norteadores das organizações. Na conclusão são expostos os resultados encontrados pela investigação.

### ***1. Revisão bibliográfica e metodologia: os desafios para a pesquisa de partidos clandestinos.***

As variáveis que investigamos nessa pesquisa - disciplina partidária e autonomia organizativa - têm, a nosso ver, importância significativa para as análises de partidos ligados ao marxismo, além das definições ideológicas. A atividade partidária, muito mais que cumprir o papel de “aplicação” de teorias, chegou a determinar os rumos da produção intelectual dessa matriz de pensamento. Por esse motivo, a teoria dos partidos políticos nos parece fundamental nessa investigação: ela nos oferece instrumentos que permitem superar o debate ideológico abstrato e desenraizado das práticas concretas.

Não pretendemos resolver, nos limites desse trabalho, o dilema entre *motivações ideológicas* e *motivações institucionais* para a ação política de um partido: trata-se de verificar até que ponto essas duas dimensões se influenciam mutuamente em cada caso aqui trabalhado. Em acordo com a proposição de Angelo Panebianco, acreditamos que, nessa análise, “não se trata de uma tentativa de negar o papel da ideologia, mas sim de avaliar a sua efetiva incidência por meio da consideração também de outros fatores”- essencialmente institucionais - nas escolhas político-programáticas dessas organizações. Discutir com mais clareza a tensão entre as exigências institucionais colocadas para a sobrevivência da organização e o imperativo de manter a coerência com as metas ideológicas é um dos objetivos que norteiam esse trabalho.

A análise aqui proposta não poderia deixar de reconhecer a importância da ideologia: para Panebianco (Panebianco 2005), as metas ideológicas criadas pelas organizações em sua fase genética, além de fornecer os recursos simbólicos de identidade aos militantes, circunscrevem a sua base social, influenciam as decisões organizativas iniciais (por exemplo, as que estabelecem se o partido será organizado em células ou em seções, etc.) e moldam sua imagem externa, influenciando, assim, a disputa e a cooperação do partido com outras organizações. No entanto, para que se torne possível estabelecer uma comparação entre os partidos aqui analisados, é necessário ir além: o autor ressalta que “na igualdade de metas ideológicas [entre os partidos], os fatores diversamente rotulados como características do modelo originário e características ambientais é que irão exercer maior influência nos êxitos organizativos.” (idem).

Os partidos que tratamos comungavam, além das metas ideológicas gerais<sup>5</sup>, o mesmo ambiente, que lhes era declaradamente hostil. Isso significa que seus “êxitos organizativos” raramente poderiam ser medidos em termos de vitórias eleitorais ou mesmo porcentagem de votos. As suas possibilidades de adotar uma “estratégia de predomínio sobre o ambiente” devem ser relativizadas em função da sua condição de clandestinos – o que inclusive impunha inúmeros obstáculos à divulgação das metas ideológicas – e de minoritários mesmo no campo sindical e demais movimentos sociais da época.

Feitas essas ressalvas, as propostas analíticas de Panebianco ainda nos parecem bastante adequadas a esse debate. Entre elas, ressaltamos o conceito de *institucionalização organizativa* que o autor entende como o processo no qual a instituição se consolida, passando de uma fase de fluidez estrutural inicial, a uma fase em que, orientada pela sua sobrevivência, desenvolve interesses e lealdades organizativas estáveis. Nesse processo, o partido evolui de

uma fase em que predominam os incentivos coletivos, relacionados à formação da identidade organizativa (participação do tipo movimento social), a uma fase em que predominam incentivos seletivos, relacionados ao desenvolvimento de uma burocracia (participação de tipo profissional). De uma fase em que a ideologia organizativa é *manifesta* (objetivos explícitos e coerentes) a uma fase em que a ideologia organizativa torna-se *latente* (objetivos vagos, implícitos ou contraditórios). De uma fase em que a liberdade de escolha dos líderes é muito ampla, porque deles se espera a definição de metas ideológicas do partido, a seleção da base social do partido e a configuração da organização sobre essas metas e a base social, a uma fase na qual a liberdade de escolha dos líderes se reduz drasticamente, condicionada como é pelas restrições organizativas, próprias de um partido já consolidado. Por fim, de uma fase em que predomina uma estratégia agressiva, que tende a dominar/transformar o próprio ambiente, característica de uma organização em formação, que deve abrir caminho entre as organizações

---

<sup>5</sup> Para os fins desse trabalho, consideramos que as “metas ideológicas gerais” comungadas pelos partidos aqui analisados dizem respeito ao seu caráter declaradamente antissistêmico e anticapitalista, em essência. A variação da postura de cada um deles em relação à ideologia desenvolvimentista é tratada sob o termo “variações ideológicas”, pois não acreditamos que as diferenças programáticas entre os partidos aqui analisados cheguem ao ponto de retirá-los do campo mais amplo da esquerda radical.

concorrentes e conquistar uma quota estável de mercado, a uma fase em que predomina uma estratégia de adaptação própria de uma organização que, uma vez consolidada num sistema de interesses, tem muito a perder com uma política agressiva e aventureira. (Panebianco, 2005 Págs. 36 e 37).

Esse processo de desenvolvimento organizativo, apesar de bastante condicionado pela chamada fase genética do partido, pode ser radicalmente transformado pelas relações que se estabelecem com outras instituições sociais. Seu modelo e metas originárias podem ser profundamente convertidos por laços de dependência com organizações externas. Nas chamadas “organizações heterogeridas”, os processos que compõem o desenvolvimento partidário tendem a ficar mais sujeitos às influências de mudanças de orientação política que se passam fora da sua organização. Quando o partido nasce sob a influência da dinâmica de outra organização, ele tende a encontrar problemas ainda maiores ao desenvolvimento de sua autonomia.

A presença ou ausência da instituição muda a fonte de legitimação da liderança. Se existe uma instituição externa, o partido nasce pré- concebido como “braço político” dessa instituição. Disso resultam duas conseqüências: 1) as lealdades organizativas que se formam no partido são *lealdades indiretas*; as lealdades são destinadas, em primeiro lugar, à instituição externa e, só em segunda instância, ao partido; 2) a instituição externa é, por conseguinte, a fonte de legitimação da liderança, e é ela, por exemplo, que faz a balança pender para um lado ou para o outro na disputa interna pelo poder. Portanto, distinguiremos partidos de *legitimação externa* de partidos de *legitimação interna*. (...) Todavia, os efeitos da presença de uma instituição externa são diversos. Podem dar lugar a diferenças nas modalidades da institucionalização, conforme a instituição faça parte da mesma sociedade nacional em que o partido atua (por exemplo, uma igreja ou sindicato), ou seja, externa a ela (por exemplo, o Comintern). (Panebianco, 2005 Págs 96-97)

No caso dos três partidos que nos interessam, essas questões se fizeram presentes. Como veremos em cada capítulo, a relação com instituições externas marcou o surgimento e o desenvolvimento de todos eles, ainda que de maneira muito distinta: o PCB surgiu em meio à euforia criada pelo êxito da Revolução Russa e, desde o início, lutou para se manter filiado à III Internacional; o POR foi criado pelo Bureau Latino Americano da IV Internacional, e a LSI foi uma tentativa de militantes trotskistas brasileiros dissidentes da IV de se manter independentes e autônomos das suas cisões internacionais, tendo, portanto, sua origem determinada pela política daquela organização.

O grau de autonomia (em relação a outras organizações e ao ambiente como um todo) é um bom índice do nível de institucionalização de um partido: “institucionalização significa sempre, ao menos em certa medida, ‘autonomização’ do ambiente no sentido indicado. A diferença entre os partidos é, portanto, de grau, ‘para mais ou para menos.’”(Panebianco 2005). Assim, um partido será tão institucionalizado quanto capaz de produzir maior controle sobre os recursos vitais para sua existência: sua autonomia exige menor nível de adaptação e faz o ambiente ceder às suas exigências. As fontes de financiamento, o domínio sobre eventuais associações colaterais e

representantes nas assembleias públicas, e a escolha de dirigentes pertencentes aos seus quadros internos são exemplos dos recursos sobre os quais o partido deve manter maior nível de controle para ser considerado autônomo.

Um alto grau de autonomia se traduz também em maior definição dos limites organizativos. De modo contrário, uma organização que se mantenha muito dependente do ambiente permite que grupos e associações que lhe são externas “atravessem” de modo mais ou menos oculto os seus limites formais, tomando parte em seus processos decisórios, influenciando mais facilmente seu desenvolvimento. Abrem-se flancos institucionais que podem alterar as relações internas, transformar as metas ideológicas e colocar a própria sobrevivência do partido em risco. É por isso que a presença de uma instituição patrocinadora tende a gerar instituições fracas. Partidos de legitimação “interna” tendem, pelo contrário, a experimentar um processo de institucionalização forte.

A exceção se encontra justamente no caso dos partidos comunistas, que, apesar de patrocinados por uma organização externa (o Comintern), geralmente experimentaram processos de forte institucionalização. Panebianco supõe que a organização patrocinadora age sobre o partido em formação de várias maneiras, conforme faça parte da sociedade nacional na qual atua o partido ou externa a ele. Se a organização patrocinadora é externa ao regime político, ganha força a tendência a uma forte institucionalização que garanta a autonomia do partido em relação à do regime (o preço da autonomia do sistema nacional é a dependência da organização externa).

Para Panebianco, outra vantagem dos partidos comunistas em relação às chances de se tornarem instituições fortes é o fato de experimentarem longos períodos na oposição. Muito mais que partidos governistas, eles precisam de organizações sólidas.

Esses partidos não podem se apoiar na burocracia estatal, não podem utilizar o Estado e seus aparatos *pro domo sua*, nem dispõem normalmente do abundante apoio financeiro que os grupos de interesse reservam aos partidos governistas. Só podem contar, ou ao menos em grande parte, consigo mesmos. Fortalecer a própria organização, colocá-la em condição de mobilizar com eficácia e continuidade os defensores do partido é o único caminho possível, na maior parte dos casos, para superar a desvantagem na disputa com os partidos governistas. (...) *Seguindo esse raciocínio, devemos esperar, portanto, que os partidos que nascem e se consolidam na oposição tendem mais facilmente a se tornar instituições fortes.* [grifo nosso] (Panebianco, 2005 Pág. 127).

A história dos partidos que analisamos aqui coloca algumas questões ao raciocínio acima descrito. Uma delas é a distinção entre a *necessidade* de uma organização forte e a *capacidade* de construí-la. Sendo verdade que a ausência de recursos e o afastamento em relação ao aparato do Estado empurraram as organizações a buscar maior apoio entre os próprios militantes, também é fato que a hostilidade do ambiente – agravada, por um lado, pelo anticomunismo amplamente difundido na sociedade brasileira (o que inclusive legitimava publicamente o não reconhecimento

legal desses partidos de extrema-esquerda) e, por outro, pela ferocidade das disputas travadas no próprio campo da extrema esquerda – impunha sucessivos ciclos de fragmentação e dispersão de suas bases.

Por outro lado, se aceitássemos essa observação de maneira irrestrita, deveríamos nos deparar somente com partidos de curtíssima sobrevida e escassa influência no ambiente da política nacional. Mas os casos aqui levantados não seguem essa proposição à risca: o PCB tem uma relevância incontestável na história política brasileira e superou a marca dos 90 anos de existência; o POR se manteve ativo até os anos de 1990 e, embora tivesse sempre com um número muito pequeno e instável de membros, contava com militantes reconhecidos no meio acadêmico (como Boris e Ruy Fausto, Leôncio Martins, Tullo Vigevani, Maria Hermínia Tavares de Almeida, além de apoiadores e simpatizantes que incluíam Francisco Weffort e Antônio Cândido), além de influenciar movimentos como as Ligas Camponesas e a luta armada contra a ditadura militar. Por fim, a LSI atuou por somente quatro anos (1956-1960), mas deixou sua marca: além de contar com membros como Eder e Emir Sader, Gabriel Cohn, Michael Löwy, Hermínio Sachetta, Maurício Tragtenberg e Paul Singer, fundou uma tradição reconhecida pela originalidade da fusão de elementos do trotskismo e do luxemburguismo e da valorização de formas democráticas de ação política, e que encontra até hoje seus ecos em concepções programáticas de organizações de esquerda<sup>6</sup>.

Dessa forma, ainda que minoritárias e relativamente frágeis, essas organizações conseguiram deixar um legado que resistiu não só ao passar dos anos, mas aos golpes de um processo histórico marcado por regimes políticos que as perseguiram e se empenharam em aniquilar sua atividade e sua memória. Ao contrário de boa parte das organizações partidárias mais ligadas à ordem estabelecida (em toda América Latina, diga-se de passagem) (Sáez 2004), esses partidos cumpriram, de certa maneira, a façanha de deixar herdeiros: se não sobreviveram em forma de lendas, o exame da história da esquerda mostra seus inegáveis laços de continuidade – quer na forma de tendências e correntes, quer na forma de programas.

Entre as organizações aqui analisadas, a que se encontrava *mais próxima* do Estado (e sua ideologia oficial na época, o nacional-desenvolvimentismo) era justamente a que mais se aproxima do modelo de organização fortemente centralizada de Panebianco. O PCB, típica organização stalinista, atendia a vários dos pré-requisitos apontados pelo autor para o processo que chama de “bolchevização”:

---

<sup>6</sup> Em entrevista realizada com Michael Löwy em 18 de abril de 2013, a Liga era “um pequeno grupo de intelectuais, jovens estudantes e alguns sindicalistas brasileiros, [que] encontrou nos escritos de Rosa Luxemburgo uma alternativa atraente ao reformismo, ao nacionalismo, à social-democracia e ao stalinismo. A idéia chave era que não pode existir socialismo revolucionário sem liberdade. É uma idéia que terá bastante força na esquerda do PT nos anos 1980-1995, e, mais tarde, no PSOL.”

“Bolchevização” é o termo geralmente usado para indicar o processo mediante o qual os partidos nascidos com a cisão de partidos socialistas preexistentes, como o êxito do embate sobre o problema da aceitação das “vinte e uma condições” de Lênin, modelam-se com base no partido bolchevique russo e “interiorizam” o seu controle político. No meu entendimento, certamente a bolchevização é isso, mas é também uma manifestação particular do processo de institucionalização organizativa. Eventuais rupturas ou interrupções do processo, devidas a diversidades de situações nacionais, são, à luz desse delineamento, os fatores principais que permitem explicar as diferenças existentes hoje entre os diversos PC europeus (ou, pelo menos, aqueles PC que deixaram a condição de pequenas seitas sem influência).(Panebianco, 2005 pág.145).

Nesse processo, além de uma reestruturação organizativa que compreende a constituição do partido em compartimentos estanques, há a adoção de uma “disciplina rígida em todos os níveis (...) e um controle centralizado [que] são assegurados por funcionários especializados (com um treino organizativo-ideológico para ‘revolucionários profissionais’)” (Panebianco 2005). O processo se completa com a “interiorização do controle” da liderança soviética no partido, transferindo boa parte do poder decisório interno ao centro de poder do movimento comunista internacional, o PCUS. Diante desse quadro, a manutenção da disciplina interna e a supressão de espaços de participação das bases se tornam imprescindíveis. A centralização e o controle dos membros são traços indissociáveis do modelo pecebista de organização.

O problema se apresenta quando colocamos as proposições de Panebianco à prova da experiência das demais organizações: os três partidos aqui tratados, ainda que compartilhassem a condição de organizações clandestinas, adotaram estratégias distintas de ação, levando-nos a crer que a experiência da ilegalidade não se desenvolveu exatamente da mesma forma para cada um deles. Parece-nos apropriado deduzir que - naquele contexto específico - antes de caracterizar a *total exclusão política*, a clandestinidade se assemelhou mais a um compulsório *afastamento progressivo* desses três partidos *em relação ao sistema político oficial*. Embora estivessem proibidas pelo regime de agir e fossem política e ideologicamente renegadas no espaço público, tais organizações se valiam de brechas e estratégias que lhes permitiam continuar participando ativamente da política institucional.

Essa constatação ganha importância porque: i) nos permite ressaltar que a ilegalidade foi experimentada de maneira específica por cada partido, colocando em uma espécie de *gradiente de afastamento do sistema político-legal*: o PCB seguido pelo POR e, no extremo desse espectro, a LSI; ii) salienta que os partidos de extrema esquerda, ao se afastarem progressivamente do regime político institucional, assumiram graus diferentes de adesão ao programa desenvolvimentista; iii) desenha um cenário no qual os partidos mais afastados do aparato estatal não são os que contam com mais *centralização do poder interno*, nem mais *burocratização* de seus quadros - dois indicadores que Panebianco sugere para medir o nível de institucionalização de um partido.

Tais considerações nos levam a deduzir que nem sempre uma organização situada à oposição encontra maiores chances de se institucionalizar; da mesma forma, instituições “fracas” não estão fatalmente condenadas a refletir de maneira irrestrita as influências do ambiente. A soma de outros fatores pode gerar desvios ou novas acomodações às tendências. Nesse, como em muitos outros aspectos, as relações que os partidos estabeleceram com o sistema político, com o leque de orientações ideológicas, com suas instituições patrocinadoras e entre eles mesmos trazem elementos que podem tornar mais complexa a leitura das teorias disponíveis.

As proposições teóricas por nós trabalhadas foram submetidas às especificidades do objeto, cumprindo o papel de fornecer nova luz sobre a compreensão do tema, mas se colocando às adequações que acreditamos ser necessárias. Em nosso trabalho, ao contrário dos partidos analisados por Panebianco e por boa parte da literatura disponível, tratamos de partidos clandestinos de extrema-esquerda, orientados menos para a concorrência eleitoral do que para o recrutamento de novos quadros. Muitos dos militantes eram recrutados depois de ter se candidatado a cargos públicos em outros partidos e ganhar notoriedade e adeptos em suas fileiras, o que garantia cisões mais vultosas<sup>7</sup>. O “sucesso” eleitoral de algumas lideranças servia, portanto, mais ao interesse do aumento das bases militantes do novo partido, invertendo a lógica corrente que afirma que o objetivo da aquisição de votos justifica a existência dos partidos.

Confrontamo-nos aqui com uma das principais dificuldades teóricas enfrentadas nesse trabalho. As definições encontradas para designar o conceito de “partido político” passam, quase sempre, pelo *atrelamento direto* aos sistemas eleitorais, tendo as variáveis relativas à votação em suas legendas um papel de destaque na análise de suas organizações e mesmo da aceitação de sua ideologia – um exemplo disso é o conceito de “território de caça” de Panebianco.

Como salientado por Manuel Alcántara Sáez (Sáez 2004), a história da fragilidade dos sistemas democráticos latino-americanos impôs que seus partidos desempenhassem um papel de pouca relevância e despertassem pouco interesse para os estudiosos, até que o “déficit democrático” se liquidasse, o que só ocorreu na década de 1980. Nos anos 1950, a política latino americana estava sob as tensões da Guerra Fria, “bajo el estricto paraguas de los Estados Unidos, lo que generó un profundo constreñimiento del juego político por no ser posible la presencia de la izquierda en un gran número de países” (Sáez 2004).

Dessa forma, a operacionalidade de definições conceituais que atribuíam um papel de centralidade absoluta à participação nas eleições se mostrou muito limitada nesta pesquisa, uma vez que algumas das variáveis típicas do jogo eleitoral (número de eleitores, critérios para escolha de

---

<sup>7</sup> Foi o caso da “cisão Crispim”, racha histórico no qual o militante José Maria Crispim, foi expulso do PCB em 1952 como “perigoso agente do imperialismo americano. O ex-sargento paraense fora o deputado federal mais votado da bancada comunista em 1945, com 35 mil votos. Perseguido e desacreditado no antigo partido, o militante integra as fileiras do POR em 1958, levando “experiência e prestígio político, além de novos militantes”. (Neto, 2004, Pág. 86).

candidatos entre os quadros do partido, financiamento de campanha, etc) sequer faziam parte da vida regular das organizações. Sua participação se dava de forma secundária e esporádica<sup>8</sup>, o que nos leva a deduzir que o jogo eleitoral não chegava a influenciar definitivamente a sua dinâmica interna. Segundo Sáez, essa situação também se confirmou em alguns estudos recentes sobre partidos ecologistas da Alemanha Ocidental e da Bélgica:

Un avance significativo en el estudio de los partidos políticos se produjo cuando se cuestionó la dimensión interpretativa hasta entonces dominante de los partidos políticos en términos de imperativos sistémicos como serían la estabilidad, el equilibrio o la capacidad política. Todo lo cual lo tuvo su representación en la imagen de los partidos sumidos de las liza electoral bajo una lógica competitiva. A través del análisis de los partidos ecologistas en Alemania Occidental y en Bélgica, concebidos como variables dependientes modeladas por grupos rivales de activistas contando cada uno con esquemas de preferencias distintas, se sostuvo la existencia de una lógica propia de representación de electores. Esta lógica estaba basada en el hecho de que los partidos descansaban en activistas que podían dejarles su propia impronta a pesar de los imperativos sistémicos. También las reglas organizativas y los procedimientos de toma de decisión que los partidos desarrollaban inicialmente alcanzaban vida independiente y se ajustaban difícilmente a las exigencias de la competencia electoral. Finalmente, se asumió que los partidos se encontraban inmersos en instituciones más complejas de intermediación de intereses entre el Estado y la sociedad civil que las teorías de la simple competición sugerían. (Sáez, 2004 pág. 27).

Foi necessário, portanto, que se realizasse um maior esforço para adequar os modelos teóricos disponíveis à realidade de partidos que eram fortemente ancorados em sua militância e prioritariamente voltados para a ação em espaços que não necessariamente se remetiam a fins eleitorais – embora esses objetivos não estivessem excluídos de seus horizontes. É importante que deixemos claro que, ao relativizarmos o papel das disputas eleitorais na lista de interesses dessas organizações, não pretendemos negar sua importância para a formação de suas estratégias, o que seria empiricamente insustentável.

Dessa forma, além das categorias sugeridas por Panebianco já elencadas acima, encontramos nas propostas de Maurice Duverger (Duverger 1987) alguns conceitos bastante úteis para a pesquisa. Não por acaso, sua obra discute alguns traços muito característicos dos partidos que colocamos em questão e contribui significativamente para a reflexão sobre as formas de distribuição e concentração do poder nas organizações. Um exemplo claro da contribuição do seu texto a essa pesquisa é a análise dos elementos de base do partido e seus reflexos para a evolução da organização – inclusive para a evolução da própria noção de organização partidária. O modelo de partido que se organiza em células – típico dos partidos comunistas clandestinos – inaugura, para Duverger, uma nova concepção de partido político. Em suas palavras:

---

<sup>8</sup> A não ser no caso do PCB, que conta com uma história significativa de participação nas eleições e dados dessas atividades. No entanto, por configurar - nesse sentido - um caso isolado, perde-se a dimensão comparativa com os outros partidos, o que nos levou a optar por preterir essa dimensão da análise.

A escolha da célula como base de organização ocasiona, portanto, uma evolução profunda na própria noção de partido político. Em vez de um órgão destinado à conquista de sufrágios, à união dos eleitores e à manutenção do contato entre eles e os seus eleitores, este se torna um instrumento de agitação, de propaganda, de enquadramento, e eventualmente de ação clandestina, para o qual as eleições e os debates parlamentares não passam de um meio de ação entre outros, e mesmo um meio secundário. (Duverger, 1987 pág.71).

A configuração desses organismos de base nos partidos, sua relação com as instâncias superiores, suas atribuições e poderes são um bom indicativo dos níveis de democracia interna. A análise desses dados nos estatutos partidários fornece um bom mapa daquilo que Duverger chama de *repartição de poderes* (idem). Nos casos em que tal documentação está ausente ou não corresponde à realidade da distribuição dos cargos, recorremos a outras estratégias que nos possibilitaram preencher as lacunas nos dados e manter as condições minimamente necessárias ao estudo comparativo.

## **1.2 - Estratégias de Pesquisa e Metodologia.**

Esta pesquisa foi realizada pela análise de fontes documentais de naturezas diversas. Ao investigarmos os projetos políticos de partidos burocraticamente centralizados como o PCB, contamos com documentos oficiais (resoluções congressuais, estatutos e programas redigidos pela alta cúpula partidária) que trazem em si um retrato bastante detalhado da orientação política da organização. A existência de documentos dessa natureza não se verificou no caso do POR, e só em alguma medida no caso da LSI - dispomos do seu Projeto de Programa e Estatutos de 1956, aprovada por consenso no fórum coletivo de militantes, espaço de deliberação que, segundo Michael Löwy<sup>9</sup>, nunca chegou a dar origem a um Congresso. Em compensação, esses dois últimos partidos tinham em comum a elaboração de jornais para a divulgação do seu programa. Tais veículos tinham, inclusive, grande importância para as organizações, pois contribuíam para a manutenção da sua identidade e refletiam a distribuição das tarefas e do poder entre os seus membros.

O jornal “Frente Operária”, publicado pelo POR desde 1952, chegou a tiragens que variavam entre 1000 e 1500 exemplares nos seus dois primeiros anos, com crescimento durante a campanha de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo. Na edição de agosto de 1953, chegou a ser anunciada a venda de 1200 exemplares nas bancas. Em 1952 foram publicados dois números. Em 1953, o jornal consegue uma maior regularidade, com publicação quase mensal, em 1954 saem duas edições, em 1955 são 4 edições e em 1956 saem apenas duas. Ao longo dos anos 1957 e 1958 saem apenas três edições (Neto 2004). Até o ano de 1955, quando o partido adere formalmente à política

---

<sup>9</sup> Informação cedida em entrevista realizada em 18 de abril de 2013.

do “entrismo” no PCB, o “Frente Operária” circulava na forma de tablóide dirigido “às amplas massas”, com número médio de oito páginas nas quais se encontrava relativa pluralidade de assuntos. Em janeiro do mesmo ano, o jornal traz na sua pauta um ponto de “auto-crítica” e passa para o formato de brochura, com 15 páginas e temas especializados e dirigidos à disputa dos operários organizados no PCB, bem como “esclarecer os militantes são”. Foram analisados os números: 2 de dezembro de 1952; 4, 5,6,7, 8 e 9 de abril, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 1953; 14, 15, 16 e 17 de fevereiro, maio, agosto e setembro de 1955; o número 18 de maio de 1956; uma edição sem número de outubro de 1957 e as edições nº 31, 32 e 33 de setembro, outubro e dezembro de 1959.

O jornal “Ação Socialista” chegou, em toda a sua existência, a 500 exemplares, totalizando nove edições. Seu primeiro número foi publicado em dezembro de 1958; os números 2 ao 6 foram publicados, respectivamente, nos meses de fevereiro, junho, setembro, outubro e dezembro de 1959; Os números 7, 8 e 9 em abril e agosto e uma edição extra, sem indicação de mês, todos em 1960 (Neto 2005) . Todos constam no *corpus* desta análise e, assim como os jornais publicados pelo POR, foram coletados no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas.

Ainda que os dois jornais tenham algumas diferenças entre si – e que o “Frente Operária” em especial tenha se transformado bastante durante o período analisado – era comum que nas páginas de ambos se encontrassem grandes textos dedicados a reflexões teóricas mais profundas da política da época (alguns publicados de forma fragmentada). Estes textos dividiam espaço com pequenas notas esparsas que se dedicavam tanto à socialização de notícias de mobilizações, das quais participavam membros do partido, movimentos internacionais com os quais se alinhavam politicamente, quanto à citação de textos de autores clássicos do marxismo – às vezes, de maneira repetida. Isso demandou uma leitura mais dedicada aos subtextos e à “garimpagem”, nesses jornais, das convicções políticas e dos traços organizativos dos grupos, o que pode ser substancialmente facilitado pela revisão da bibliografia disponível sobre essas organizações e pelas entrevistas concedidas por alguns de seus ex-membros.

Dessa forma, foi imprescindível que recorrêssemos a estratégias variadas de pesquisa. Alguns dos dados sobre o funcionamento interno do POR foram disponibilizados ou confirmados pelos depoimentos de dois de seus ex- membros, Tullo Vigevani e Ruy Fausto. As entrevistas nos forneceram informações mais precisas sobre aspectos que ou se apresentavam de forma vaga pela bibliografia consultada ou estavam ausentes das fontes disponíveis – fontes estas dedicadas, como salientamos, mais à propaganda e agitação que ao estabelecimento de normas e regras de funcionamento da organização.

Para melhor aproveitar as informações trazidas pelo “Frente Operária”, lançamos mão dos resultados da minuciosa pesquisa (Neto 2004) realizada por Murilo Leal Pereira Neto, que ofereceram dados fundamentais para contextualização e interpretação dos textos. Foram esses dados que permitiram que reconstruíssemos, a partir da leitura de cada matéria, as principais definições programáticas e organizativas do partido. Foi também através deles que pudemos observar os termos que definiam as relações entre os trotskistas e comunistas e entre o POR e o BLA, sua instituição patrocinadora.

Os desafios colocados para a pesquisa da LSI eram de outra natureza: tínhamos em mãos o caso de um partido aparentemente bem estruturado, com um Estatuto e um Programa oficial nos quais as normas e regras de funcionamento, bem como a visão de mundo, se encontram bem definidos, além dos jornais que veiculavam notícias sobre o dia-a-dia da militância. Mas encontramos indícios, na bibliografia consultada (Sachetta 1992); (Ferreira 2005); (Neto 2005), de que a organização não teria chegado a colocar em prática todos os princípios definidos em seus documentos. Seu reduzido número de militantes e a curta sobrevivência lhe impuseram desafios que fizeram a LSI adaptar boa parte das definições apresentadas pelas fontes. Nesse sentido, o depoimento de Michael Löwy, que foi membro da Liga, nos possibilitou precisar alguns significados programáticos presentes nos textos e recolocar algumas questões organizativas que pareciam pacíficas.

Entretanto, nos casos em que disponibilizávamos de tais fontes, privilegiamos a análise dos documentos partidários oficiais, a saber: os estatutos, programas e resoluções. Os estatutos e programas partidários, além de oferecer informações mais detalhadas (Ribeiro 2008), têm a vantagem de contar com o status de *discurso oficial do partido*. Embora uma leitura desavisada de suas proposições possa ocultar ou distorcer dissidências internas, seus textos não deixam de ser, ao mesmo tempo, o resultado e o parâmetro dessas mesmas disputas, podendo oferecer ao leitor mais atento um bom indicativo das relações de poder dentro do partido. Em todo caso, é a tais documentos que se confere a importância da legitimação coletiva (conflituosa ou não) dos seus membros à política partidária e a eles damos especial atenção.

Entre as principais dificuldades enfrentadas nesse trabalho, podemos ressaltar o desafio colocado pela própria natureza dos partidos analisados. Organizações que, embora contassem com militantes abnegados e convictos da tarefa de construir seus partidos, militavam em pequenos grupos clandestinos e com recursos escassos ou inexistentes. Documentos, fontes, memórias, definições conceituais e teóricas: cada ferramenta da pesquisa científica teve de ser revista e adaptada à especificidade desse objeto. Acreditamos que as limitações impostas aos nossos objetivos de comparação, podem, no entanto, ser relativizadas diante da riqueza oferecida pelo tema ao debate das questões propostas.

## ***2 - O PCB: centralismo stalinista e desenvolvimentismo de esquerda.***

Algumas das conjecturas teóricas que marcaram a política comunista nos anos 1950 de forma mais decisiva podem ser identificadas com o programa geral do desenvolvimentismo, que fora difundido como ideologia oficial dos governos que o elegeram como princípio norteador de suas ações mais relevantes. A crença no desenvolvimento gradual e inexorável do capitalismo em sentido à modernização da sociedade e na construção, por esta via, da revolução socialista se conjugou, no programa do PCB, à atribuição de um papel destacado à industrialização no processo de consolidação da democracia no Brasil.

A tese de que estaria se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que faria surgir um “capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista” era amplamente defendida pelos comunistas. O protagonismo deste processo era naturalmente conferido à burguesia nacional, que estaria cada vez mais interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. A política brasileira, impulsionada por um processo de industrialização que trataria de introduzir de uma vez o capitalismo no Brasil, estaria caminhando - ainda que com alguns tropeços - rumo a uma irresistível ampliação da democracia. A tarefa de impulsionar a marcha do progresso se converteria na prioridade fundamental para os comunistas, que avaliavam que, em sua “etapa atual” a revolução brasileira não seria socialista, mas “democrático-burguesa”.

Desde o ano de 1950, o PCB experimentava um período de endurecimento da sua linha política. Expressa no “Manifesto de 1950”, a orientação adotada pelo Partido era caracterizada por uma forte crítica à política adotada no período precedente ao ano de 1947, quando o governo Dutra o condena novamente à clandestinidade. Segundo José Antônio Segatto (1989), a cassação do registro legal provocou nos militantes comunistas um profundo descrédito no regime democrático, o que os levou a uma revisão radical de seus princípios. O período que ficou conhecido como o da “linha política mais radicalizada” teve seu primeiro esboço no “Manifesto de 1948”, e ganhou uma versão mais elaborada no “Manifesto de 1950”.

A elevação do “tom radicalizado” nos discursos do partido se adequava às diretrizes programáticas da política stalinista. Essa orientação levou o PCB a desdenhar, naquele momento, da democracia burguesa e das eleições como instrumento de transformação da realidade brasileira. Embora tenha optado por uma oposição “ferrenha” ao governo, o partido não consegue sustentar por muito tempo essa política. A linha que vinha sendo seguida desde 1947 não parece ter se formulado sobre bases que fossem sólidas o suficiente a ponto de fazê-la resistir aos impactos do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. A comoção da população - que inclusive depredou as sedes de dois jornais ligados ao partido - levou os comunistas a rever rapidamente seu discurso, ainda que de forma tímida.

Em meio à tamanha pressão, o PCB começa a esboçar um caminho de importantes transformações, mas seus primeiros passos ainda não indicam mudanças mais profundas na estrutura do seu pensamento. Alguns meses depois do impacto do suicídio de Vargas, e ainda em meio à crise política vivida pelo país, o partido realizou seu IV Congresso, no qual a essência do “Manifesto de 1950” foi reafirmada. Em linhas gerais, a Resolução aprovada por unanimidade no IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro repetiu a caracterização do Brasil como um país totalmente subordinado ao imperialismo, que transformava sua economia em um “simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos”.

A postura crítica e de descrédito na política é a principal marca da resolução aprovada em novembro de 1954 no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. O país, submetido economicamente ao imperialismo e abandonado aos interesses do setor agroexportador, não conseguiria garantir direitos políticos básicos à população, que se via constantemente governada por representantes das chamadas “forças retrógradas”, aliadas aos interesses dominantes. O povo brasileiro estaria submetido às piores condições de vida “em consequência da política de rapina dos monopólios norte-americanos e da dominação dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros”. Os efeitos da subordinação aos interesses externos percorriam a nação como um todo, e deviam se reconhecidos como fruto da ação de um inimigo comum.

A “causa da independência e do progresso” demandaria a defesa de bandeiras que se opusessem ao controle dos Estados Unidos sobre esferas estratégicas da vida nacional. Para colocar em prática essas propostas, a Resolução afirma que a atuação dentro dos marcos do “atual regime reacionário” seria insuficiente. Seria necessário forjar uma ampla frente única anticapitalista e antifeudal, a “frente democrática de libertação nacional”. Ironicamente, o tom radical que marca o discurso não acompanha as metas que o partido estabelece: ainda que sugerissem que o regime fosse determinado pelas contradições estruturais da sociedade brasileira, os comunistas não fazem mais que propor a substituição de um governo por outro (ainda que para isso fosse eventualmente necessário adotar táticas externas à legalidade).

Não obstante as continuidades que marcam a Resolução Política unanimemente aprovada na ocasião, a realização do IV Congresso acabou marcando o fim do “período radicalizado” do PCB. Abre-se um curso no qual a linha adotada pelos comunistas desde 1948-50 começa a apresentar seus primeiros sinais de mudança. Antes da reorientação programática oficial, as transformações se tornam perceptíveis no terreno da prática política e das alianças que os comunistas forjam no período. No entanto, a “linha política radical” não só foi oficialmente abjurada pelos comunistas

depois do desenlace da crise internacional produzida pelas Resoluções do XX Congresso do PCUS em 1956<sup>10</sup>.

Após uma série de manobras e que redesenharam a composição da direção do partido, o novo Comitê Central, buscando recuperar sua legitimidade com o conjunto de militantes do partido, empreendeu um esforço de autocrítica em relação às concepções e às políticas expressas no Manifesto de Agosto de 1950 e na Resolução do IV Congresso do PCB, procurando conciliar a manutenção da orientação stalinista com a reavaliação da realidade nacional e das táticas a serem promovidas na ação dos comunistas. Junto com essa autocrítica, foram tomadas providências e feitas articulações para a elaboração da nova linha política que coadunasse com os novos princípios.

Redigiu-se um documento que ficou conhecido como a “Declaração de Março de 1958”. A “Declaração de março de 1958” foi um novo programa político, com análises e propostas que diferiam em muitos aspectos dos projetos “revolucionários” plasmados nos manifestos de 48 e 50 e na Resolução do IV Congresso do PCB. Nele, são elencados os inimigos do progresso: para o partido, as chamadas sobrevivências feudais na agricultura e a dependência em relação ao imperialismo eram os grandes obstáculos colocados no caminho do pleno desenvolvimento da economia brasileira. Desta vez, os comunistas afirmavam claramente que o governo nacionalista e democrático poderia ser conquistado dentro dos quadros do regime: as estratégias de luta por um governo nacionalista democrático deveriam buscar sempre a via legal e pacífica de ação.

Seguindo essas instruções da direção, os membros do Partido Comunista Brasileiro deviam prepará-lo para se tornar “o instrumento adequado à execução vitoriosa da nova política”, a fim de se depurar “de persistentes defeitos e adquirir qualidades novas”. Seria indispensável, portanto, que os comunistas privilegiassem sua unidade, abandonassem as disputas internas e dispusessem seus maiores esforços a serviço das massas. Abriu-se um período de crises e disputas entre correntes que visavam “conservar” a linha radical ou “renová-la” nos moldes da Declaração. Em 1962, esse processo culmina com a convocação, pelo grupo liderado pelos defensores do Programa aprovado no IV Congresso, de uma Conferência Extraordinária.

Antes desse desfecho, a reviravolta programática provocou uma reorganização do poder interno no partido que merece ser analisada. Ainda nos Estatutos aprovados no IV Congresso de 1954, em suas primeiras definições mais importantes, apresentam-se as características do que Duverger (Duverger 1987) considera ser a grande inovação dos partidos comunistas: a organização dos elementos de base em células.

---

<sup>10</sup> Na ocasião, o então Secretário Geral do PCUS, Nikita Krushev, leu o “relatório secreto” que denunciava o “culto à personalidade” de Stálin, além de fazer sérias acusações que trouxeram à tona o autoritarismo, o rompimento da “legalidade socialista”, as execuções de opositores e outros crimes que teriam marcado o regime stalinista.

Criadas pelo PC Russo, e impostas pela III Internacional desde 1924 aos demais partidos comunistas, as células seriam, para Duverger, a forma de organização mais adequada aos partidos clandestinos. Reunindo todos os membros do partido de um mesmo local de trabalho, ela beneficia a ação secreta ao facilitar a mobilização, a comunicação e a convocação dos militantes para as reuniões e ações políticas (já que o contato entre eles é diário) e dificulta a repressão, pois as células costumam reunir grupos pequenos e com pouco contato com os organismos superiores. A terceira vantagem seria o fortalecimento da solidariedade partidária. A nosso ver, essa consideração merece uma discussão mais detalhada. Segundo Duverger:

A natureza profissional aumenta ainda mais esta [solidariedade partidária] proporcionando-lhe uma base concreta e direta: os problemas da empresa, as condições de trabalho, os salários, constituem ponto de partida excelente para uma sólida educação política. Certamente, isso comporta um perigo: que a célula se absorva inteiramente nas reivindicações profissionais e esqueça as questões puramente políticas – isto é, que execute o trabalho normal dum sindicato. Esse desvio “economista” constitui a tentação permanente das células: lendo-se os relatórios da organização no Congresso do Partido Comunista observar-se-á que muitos esforços são necessários para não cair ali. (DUVERGER, pág. 64, 1987).

Se, por um lado, a “tentação ao economismo” é um problema com o qual os comunistas se confrontam historicamente nas suas organizações partidárias e na sua atuação dentro de entidades sindicais, por exemplo, há uma ressalva que precisa ser feita: em alguns momentos da história do PCB o perigo se converteu em ferramenta útil. A relevância dada a questões imediatas, tratadas de forma relativamente descolada das “questões puramente políticas” proporcionou aos comunistas mais flexibilidade em seus programas e mais margem de manobra para a composição de suas alianças. Às bases militantes radicadas nas células, destinavam-se os debates relativos à aplicação da política decidida pelo centro, que concentrava o monopólio da reflexão teórica.

Dessa forma, cada organismo de base estabelece uma relação de subordinação às superiores. A esse tipo de desenho institucional, Duverger chamou de ligação vertical –que é justamente aquela que une dois organismos subordinados um ao outro. Em partidos organizados nesses termos, “os grupos de um mesmo escalão não podem comunicar-se entre si senão por intermédio da cúpula. Isso pressupõe duas coisas: a ausência de toda ligação horizontal direta e o emprego da delegação pra compor ‘instâncias superiores’” (Duverger 1987).

Além de centralizar o poder, essa estrutura evita cisões. A comunicação entre as células passa necessariamente para órgãos superiores através do seu delegado, e assim sucessivamente; a cada novo nível hierárquico, uma nova triagem de informações e interesses em manter o poder nas mãos dos dirigentes. É uma nova relação de mando que coloca o delegado a serviço dos seus superiores.

Os riscos de contágio são ainda atenuados pela centralização que reforça o caráter vertical das ligações. Cada delegado de um organismo inferior não é responsável perante seus mandantes, porém perante o organismo superior: tem ele portanto

como dever por este ao corrente das dissidências eventuais que surjam no grupo que lhe é confiado, não para defender o ponto de vista deste, mas para provocar a intervenção salvadora do centro (Idem, pág 84)

Ainda que observemos que um sistema de ligações verticais não define uma estrutura mais centralizadora de poder, essa característica se mostra visível em várias passagens do documento. No artigo 20, o Estatuto define que:

Nenhum Comitê ou organização do Partido, nem seus dirigentes, têm o direito de fazer declarações ou manifestar-se publicamente sobre qualquer questão de âmbito nacional antes que o Comitê Central tenha feito declaração ou tomado decisão a respeito.

Mas concluir que a estrutura do PCB era mais centralizada não nos parece suficiente. A repartição desigual de poderes entre os diversos escalões do partido e sua maior concentração nos cargos de direção não é, em si, um indicativo de falta de democracia interna. A rigidez hierárquica, poderíamos argumentar, pode ser atenuada com uma alternância regular dos dirigentes ou com mecanismos efetivos de participação e legitimação da liderança. Em contrapartida, os militantes de base ganham, mesmo sacrificando parte de seu poder decisório, pela eficácia de um partido estruturado e organizativamente capaz de responder às questões da política cotidiana.

Essas seriam as principais vantagens do centralismo democrático. Princípio “em que se baseia a estrutura orgânica” (PCB 1954) do PCB, ele é descrito como um conjunto de normas nos Estatutos, mais do que como um conceito. Para Duverger, o “centralismo democrático” é um conjunto de instituições complexas, que permite que toda a organização do partido permaneça centralizada (porque as decisões ainda são tomadas do alto), sem perder em democracia (pois elas são mantidas em função das opiniões da base, que precisa legitimar cada resolução).

Mas nem sempre essa liberdade de debate se verificou na prática dos comunistas. Nos anos que se seguiram entre o IV e o V Congresso do PCB, muitas foram as ocasiões em que a direção do partido alegou a “necessidade de evitar cisões e o prejuízo da classe operária” para fechar os canais de diálogo e de debate previstos nas regras do Estatuto, bem como para exceder o poder de suas funções, em detrimento do organismo supremo, o Congresso. O princípio do centralismo democrático perdeu progressivamente seu caráter de organização e execução organizada das decisões coletivamente definidas para dar lugar a uma autocracia de direções a cada vez mais isoladas em seus postos de mando.

A nova política exigia um partido mais disciplinado, com menos espaços para dissidências e mais permeável às grandes alianças eleitorais, como a que levou JK ao poder e apoiou as políticas desenvolvimentistas adotadas por seu governo. Ao mesmo tempo, o aumento da dependência em relação à organização patrocinadora contribuiu sobremaneira para retirar dos militantes a capacidade de decidir sobre a política que o partido deveria implementar, transferindo ainda mais o poder de reflexão e elaboração para os grandes chefes soviéticos – os próprios chefes locais iam

assumindo, com o passar do tempo, um papel de “tradutores” dos modelos teóricos exportados pelo centro de poder do comunismo internacional.

Portanto o PCB apresentou, no período analisado, uma *diminuição considerável da democracia interna aliada a uma maior aproximação ideológica do desenvolvimentismo*, em um processo que se aprofundou à medida que aumentavam as possibilidades conjunturais de participar oficialmente do aparato do Estado. Assim, mais do que o modelo originário, a *posição conjuntural* do PCB em relação à ideologia oficial *coincidiu* com o progressivo processo de decomposição de suas bases institucionais.

### **3. O trotskismo *sui generis* do POR.**

Fundando a chamada “terceira geração de trotskistas no Brasil” (Karepovs & Neto 2007) o POR foi criado 1952. As motivações para sua criação são ligadas às necessidades de organizar no Brasil os militantes identificados internacionalmente com a Oposição de Esquerda, atendendo às demandas da dinâmica de cisões na IV Internacional, principalmente a que vinha se desenvolvendo entre os dirigentes argentinos J. Posadas e Nahuel Moreno. A disputa entre os dirigentes argentinos se deveu à orientação política decidida no III Congresso da IV Internacional, que ocorreu em 1951 na cidade de Paris. Nesse congresso, o então secretário-geral, o grego M. Raptkis (em codinome Michel Pablo) apresentou um polêmico conjunto de teses que, ao serem aprovadas, reorientaram toda a política dos partidos filiados. Nesses textos, encontravam-se as bases de uma vertente do trotskismo que ficou conhecida como “pablismo”.

Em essência, os textos defendiam que a emergência de uma Terceira Guerra Mundial abreviava o “tempo histórico” disponível para a construção de partidos “verdadeiramente revolucionários” (trotskistas). Diversos fatores empurravam o comando da provável revolução socialista para as mãos da burocracia stalinista: somente “séculos de transição” para o socialismo poderiam diluir tamanha força política. Somente depois vencer a guerra contra o imperialismo, se abriria o momento de levar as massas a lutar diretamente contra o stalinismo. Antes disso, os trotskistas deveriam puxar a política soviética para a esquerda, tendo como tarefa urgente se integrar no real movimento das massas. O primeiro passo a ser dado era integrar os militantes trotskistas nos partidos comunistas em todo o mundo, com o objetivo de influenciar sua política. Assim, a partir de dentro, se iniciaria o longo processo de reconquista do imenso aparato controlado por Stálin.

A política que ficou conhecida como “entrismo *sui generis*” foi aprovada e provocou a primeira divisão da IV Internacional: em novembro de 1953, as seções partidárias que optaram por se opor às teses pablistas organizaram o Comitê Internacional da IV Internacional (CI). A fração

que se manteve ligada à direção de Pablo, consolidada na direção da IV Internacional, reuniu boa parte dos partidos trotskistas ficou conhecida como Secretariado Internacional (SI).

Na América Latina, a liderança de Posadas, que defendia que as atenções fossem voltadas ao diálogo com os movimentos nacionalistas, se mostrava mais compatível com a política recém aprovada. Seu grupo foi declarado seção argentina da IV, e ele se manteve como o encarregado da organização do Bureau Latino-Americano da Internacional, o BLA. No Brasil, o incipiente POR aderiu ao SI. Na verdade, o partido não contava com muitas outras opções: desde o início, suas atividades estavam intimamente ligadas ao trabalho de Posadas no continente. A linha defendida por ele era, no mínimo, a mais provável a ser seguida pelo partido que só se organizou com o impulso do Bureau que ele dirigia. Foi ainda em meados de 1952 que o delegado do Bureau Guillermo Almeyra chegou a São Paulo com a tarefa de estabelecer ligação com os trotskistas brasileiros, editar um jornal e liderar um grupo. Em novembro do mesmo ano, foi lançada a primeira edição do “Frente Operária”, em torno do qual se nucleou a equipe de militantes que constituiu o POR.

Segundo Karepovs & Neto (Karepovs & Neto 2007), o BLA exercia forte fiscalização dos debates ocorridos internacionalmente, o que alimentava e agravava as conseqüências da política de centralismo extremo. A exacerbação do “culto da personalidade” de Posadas entre os partidos do BLA se somou a uma política de características monolíticas. A indicação de Posadas era que as relações da organização internacional com os partidos seguissem a fórmula: “centralismo 90%, democracia 10%” (idem). Não raro, o Bureau ordenava que se enviassem delegados às suas seções, o que mantinha as organizações trotskistas latino-americanas sob rédeas curtas. Dessa forma, entre os traços originários do POR, ressalta-se e uma *concentração de poder decisório acentuada, com diminuição progressiva dos níveis de democracia interna*. Para melhor vislumbrar as articulações entre essas características, passemos à análise da estrutura do POR.

Em um artigo intitulado “A luta por um Partido”, publicado no jornal “Frente Operária”, os trotskistas expõem alguns de seus princípios organizativos fundamentais. Afirmando a necessidade de construir um “instrumento” para uma luta que pudesse resolver “as tarefas democrático-burguesas, liquidando os latifúndios e expulsando o imperialismo”, além de ser capaz de “expropriar a burguesia nacional” e prosseguir “vitoriosamente até o socialismo”, o POR elege as características ideais de um partido.

[...] Para levar à frente tal luta, precisamos de um instrumento. Esse instrumento é o partido. De que tipo deve ser o partido? Em primeiro lugar, deve ser um partido armado com uma teoria científica. O desenvolvimento do capitalismo e a agonia do imperialismo não podem deixar de ser estudados cuidadosamente para saber como e onde apressar sua queda. Esse estudo é baseado na ciência de Marx, Engels, Lenine e Trotsky. Por isso, o partido deve ser um partido marxista-leninista, isto é, um partido verdadeiramente socialista que prepare essa queda. O partido deve ser internacional, organizado num centralismo democrático, capaz de ligar as lutas

nacionais às lutas mundiais, capaz de dirigir à derrubada mundial do capitalismo; um partido proletário, pois só o proletariado representa o progresso da humanidade toda. (“A luta por um partido”. Frente Operária, Nº 5 em junho de 1953, s/p)

A disputa em torno das noções de “internacionalismo”, “marxismo-leninismo” e “centralismo democrático”, mais que uma mera contenda em torno de termos, nos parece significativa para a definição daquilo que o POR buscava ser – o que expunha, na maioria das vezes, em contraposição àquilo que buscava *não ser*.

Os trotskistas mobilizavam, na sua crítica à política comunista, boa parte daquelas questões que se mostrariam mais difíceis de equacionar em sua própria trajetória. As contradições da forma de aplicação do “centralismo burocrático” pelo PCB, duramente criticadas pelos trotskistas, não foram superadas pelo POR. Sem a manutenção dos mecanismos básicos de participação e deliberação das bases, o modelo original de “centralismo democrático” criado pelos partidos comunistas e reivindicado pelos trotskistas não se realizou na prática da organização. Em seu lugar, encontramos uma forma de centralização mais próxima ao que Duverger chama de “centralismo autocrático”. Nos seus termos:

[...] podem-se distinguir duas formas de centralização, uma autocrática a outra democrática, se considerar-se esse último termo como índice de uma vontade de manter o contato com a base. No centralismo autocrático, todas as decisões vêm do alto, e sua aplicação é controlada localmente por representantes da cúpula. (DUVERGER, 1987, pág. 92)

Em 1955, o POR adere oficialmente à tática do entrismo, mais uma vez seguindo as determinações externas. Seus militantes começaram a ingressar no PCB para formar uma “ala revolucionária” e buscar maior audiência do que até então vinham obtendo, em especial entre as bases do partido stalinista. Segundo Leal (Neto 2004), esse foi um dos “momentos da história da organização que determinou mudanças drásticas da sua linha política, podendo-se mesmo falar em substituição de fins oficiais, tendo como consequência um abalo na identidade política do partido.” (idem). De fato, o deslocamento dos escassos recursos da organização para a realização de uma tarefa tão extraordinária cobrou seu preço para a formulação programática dos trotskistas.

Além do programa, há uma dimensão que merece ser ressaltada, que é a do desgaste da militância. As demais condições de ação oferecidas pelo POR (falta de autonomia e extrema centralização com a transferência do poder decisório da base para as direções externas), chegaram a colocar a sobrevivência da organização em risco, pois afastava cada vez mais seus membros da organização. E essa tensão foi ainda mais agravada pela hostilidade ambiental que encontraram no PCB.

Outra explicação para o fracasso do entrismo pode ser encontrada nas características da própria política e na natureza das organizações envolvidas. Muito próximo ao processo que Duverger (Duverger 1987) chama de “nucleamento”, o sucesso do entrismo pressupõe uma relação

entre duas organizações na qual a “nucleadora” seja institucionalmente mais sólida que a nucleada – o que, obviamente, não era o caso do POR em relação ao PCB.

Com uma organização tão frágil, os trotskistas do POR não conseguiram concretizar os objetivos de sua tática. Essa é uma avaliação que aparece, inclusive, em boa parte dos textos que eles próprios produziram na época. Ainda que em nenhum deles decretasse o fracasso do entrismo, o reconhecimento das inúmeras limitações da organização era uma constante, que se impunha como realidade inescapável a cada vez que o partido buscava apontar saídas para o movimento de massas ou explicar as razões para a não realização imediata de seus propósitos. A mutilação de sua capacidade de elaboração de proposições concretas e de alternativas programáticas é mais um dos efeitos da sua fragilidade institucional.

Seus militantes, embora tenham redobrado os esforços críticos às políticas comunistas, assumiram, a cada vez mais, o ponto de referência da compreensão comunista da realidade brasileira; repetiam e aplicavam a fórmula do “país semicolonial e semifeudal” de maneiras cada vez mais contraditórias. Em várias de suas apreciações, o POR transitava de maneira bastante indecisa entre a adesão e a rejeição aos postulados comunistas. O Partido acabou seguindo a direção já traçada pelo PCB, embora pesasse a mão, em seu discurso, na rejeição sistemática de cada ponto do programa comunista.

Em 1957, depois de aparecerem os primeiros reflexos mais significativos da crise internacional do comunismo dentro do Partidão, o POR passa a se dedicar não só à avaliação dos movimentos da direção do partido, como também das correntes que surgem ao longo da disputa. Na esperança de finalmente colher os frutos de sua ação dentro do PCB, os trotskistas acompanham passo a passo a fragmentação da coalizão dirigente, buscando, ao mesmo tempo, alvejar as lideranças das principais frações em disputa e ganhar a simpatia das bases que impunham questionamentos à política que vinha sendo realizada até o momento.

Mas os prognósticos não são animadores para os trotskistas. Afinal, desde o início da crise, das frações que ganharam mais notoriedade na disputa e adesão de maiores parcelas das bases, nenhuma se aproximava das políticas do POR. Ao reconhecer que não havia organizações, dentro do PCB, que cumprissem o papel de tensionar o partido por dentro e levar a crise aos fins que almejavam atingir desde que se voltaram para a ação dentro do campo dos comunistas, os trotskistas abriam flancos para que se chegasse à conclusão, mais cedo ou mais tarde, de que, mesmo com todos os esforços empregados, a tática do entrismo não funcionou.

Ainda antes desse reconhecimento, os militantes do POR seguiram investindo em questionar, da maneira que podiam, a movimentação comunista. Mas o alcance e a consistência dessa crítica diminuem progressivamente. As contradições vividas pelos militantes trotskistas se tornam tão agudas que passam a influenciar mais notadamente nos textos. Por outro lado, ainda que

tenha consumido muito da sua capacidade propositiva, o esforço em realizar uma análise pormenorizada das propostas das diferentes correntes em disputa na crise do PCB possibilitou ao POR uma crítica ao nacional desenvolvimentismo como ideologia.

Ao analisar o caráter dos movimentos nacionalistas pelo mundo, o POR deixa vir à tona a tautologia que guia a lógica geral do seu pensamento. Resumindo sua avaliação, o cenário – no Brasil e no mundo - era o seguinte: os movimentos de massas não avançam para além das reivindicações nacionalistas por falta de uma direção conseqüente. Os PC's seriam os partidos que contavam com as melhores condições de fazer avançar tais lutas, mas, encontravam-se deformados ideologicamente por uma direção oportunista, que freava o avanço da história para manter seus privilégios de casta burocrática. Seria preciso recuperar essas organizações para a luta de massas, pois sua essência era marxista e sua base ainda estaria fortemente ancorada na classe operária, único agente capaz de levar o progresso a cabo e conduzir ao socialismo. Mas, no caso do PCB, isso se mostrava impossível – ou, ao menos, muito improvável: mesmo dentro do partido ao qual os trotskistas se filiaram *in blocco*, não haveria frações e tendências organizadas a ponto de dar conseqüência às dissensões com a direção.

A saída seria confiar a direção desses movimentos, bem como da política comunista, à “única classe capaz de superar o atraso dos países semi-coloniais, de terminar as tarefas democrático-burguesas que a burguesia iniciou, mas não é capaz de levá-las a seu término [que] é a classe operária, apoiada nas massas agrícolas e pequeno-burgueses pobres” (Frente Operária, 1957).

A partir de meados do governo JK, o POR desenvolveu algumas críticas que o afastaram relativamente do PCB. Para o partido, haviam se esgotado no Brasil todas as chances de um modelo nacionalista de desenvolvimento, dado o apego ao capital externo no fomento da economia. De 1959 em diante, a antiga caracterização da “crise de crescimento” deu lugar, definitivamente, a uma interpretação do esgotamento do papel do nacionalismo na modernização do país, o que impunha a necessidade da construção de uma frente anti-imperialista para desmascarar supostas práticas nacionalistas nos sindicatos pelegos.

Esse afastamento relativo do PCB chegou a levar o POR a ensaiar movimentos para a formação de um novo partido revolucionário. Durante o período de março de 1959 a janeiro de 1960, o partido chegou a tentar se reunir com os integrantes a LSI (Liga Socialista Independente) e da Juventude Socialista, já que as três organizações convergiam na defesa do lançamento de uma candidatura operária à presidência da República nas eleições de 1960. A tentativa se frustrou no final de janeiro de 1960, quando em Conferência, o POR decidiu considerar encerrada a fase transitória de luta pela construção de um partido marxista revolucionário de quadros com base na articulação entre os grupos independentes de esquerda. Voltou a ser defendida a tática do entrismo

no PCB, considerada válida até 1963, quando J. Posadas recusou sua validade nos casos brasileiro e no uruguaio.

Assim, observamos que no período analisado, o POR apresentou *aproximações relativas* ao projeto desenvolvimentista, uma vez que a formulação de suas críticas ao modelo se encontrou bastante limitada pela submissão ao BLA e pela política de entrismo no PCB. *Altamente centralizado* pelo BLA, o partido apresentou os menores índices de *democracia interna*, já que o poder de decisão e de formulação política dos militantes se transferia para as mãos dos dirigentes do Bureau. O partido reivindicava o centralismo democrático criticando o autoritarismo do PCB identificado como uma distorção do modelo, mas não conseguiu implementá-lo devido à sua baixíssima institucionalização, chegando a um modelo que mais se assemelhava ao “centralismo autocrático” descrito por Duverger. O entrismo no PCB prejudicou ainda mais a sua institucionalização, já que os limites da organização ficaram mais permeáveis à influência externa.

#### **4. O “socialismo democrático” da LSI.**

A cisão gerada pelo III Congresso da IV Internacional também foi decisiva para a criação da Liga. Contrário às teses de Michel Pablo, em 1952, o militante e importante liderança da Liga, Hermínio Sachetta, rompeu com o trotskismo. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (apud OLIVEIRA, 2007), essa divergência evoluiu para a tese de que a URSS era um Capitalismo de Estado - tese, aliás, presente no Programa da LSI - e para a convicção de que o modelo político bolchevique era o grande responsável pelo fenômeno stalinista.

A crítica ao centralismo e a caracterização da União Soviética como um capitalismo de Estado aproximavam a LSI das teses luxemburguistas e as afastavam da IV Internacional, mas algumas aproximações com as análises trotskistas são percebidas nas apreensões do capitalismo no Brasil. Como bem observa Pedro Roberto Ferreira (Ferreira 2005) a utilização de conceitos como “desenvolvimento desigual e combinado” identificam as formulações da Liga mais com Trotsky e Lênin do que com Rosa Luxemburgo.

A Liga Socialista Independente dava continuidade ao trotskismo no Brasil, ao entender que a burguesia industrial que se combinava com a agrária sob as determinações de uma financeira e internacional, necessitava de um Estado na reprodução do seu capital, de um bonapartismo, sobretudo, frente aos movimentos sociais e políticos mais incisivos, para frear os movimentos mais radicais do proletariado. (idem, pág. 43). Nada mais apropriado, portanto, que a defesa intransigente de uma política pautada pela independência de classe, o que afastava a LSI do POR e do PCB. Expressões como a “revolução em etapas”, aliança com a “burguesia progressista” ou mesmo a “superação dos restos feudais” não faziam sentido em seu léxico.

As prioridades da LSI estavam ligadas à conscientização dos trabalhadores através da progressiva ampliação de sua participação política – atividade que a tradição luxemburguista acredita ser primordial para o amadurecimento da consciência revolucionária. Por isso, defendia que as liberdades democráticas deviam ser radicalizadas, elevando ao máximo as potencialidades presentes nas instituições do regime liberal.

Para a LSI, o Brasil era um país no qual o capitalismo teria se desenvolvido de maneira retardatária, o que não o teria permitido resolver a questão agrária, nem se libertar da sua sujeição ao Imperialismo. Tal condição imporia uma redobrada exploração sobre seus trabalhadores, que se veriam oprimidos pela burguesia nacional e, através dela, pelo Imperialismo. A burguesia nacional, portanto, estaria mais interessada em resolver os problemas desse capitalismo retardatário, mas resolver a seu modo e a seu favor. Isso significaria que, longe das “aspirações progressistas”, essa burguesia se amparava no Estado para ampliar seu poder econômico e social, aumentando a pressão sobre os ombros da classe trabalhadora. Esse movimento seria o distintivo fundamental do processo de industrialização do Brasil.

A rejeição aos princípios de organização adotados pelos comunistas e trotskistas foi o ponto de partida do movimento de criação da LSI. Segundo os próprios luxemburguistas, a decisão de fundar a organização foi precedida pela realização de um balanço crítico das atividades socialistas e seus partidos no século XX e de um estudo geral de suas políticas organizatórias. As conclusões a que chegaram relacionam “o abandono absoluto dos princípios do socialismo” com a condenação da “antidemocrática, ultra-centralista e monolítica dos partidos bolcheviques”, o que os fez optar por uma “forma organizatória que conjugue DISCIPLINA com DEMOCRACIA SOCIALISTA”. [grifo do autor] (“A Razão da LSI”. Ação Socialista. Nº1, junho de 1958, Pág. 3)

Seus membros estariam ligados por uma “disciplina consciente e obrigatória para todos sem distinção”. (LSI, 1956. “Projeto de Programa e Estatutos” s/p) Entre os direitos conferidos ao membro da LSI - que seria admitido depois da indicação de um membro mais antigo e de um estágio de três meses, passando pela aceitação da organização de base e da Comissão Executiva Nacional – enfatizamos, além do direito de expressão de possíveis divergências com a maioria (com garantia de espaço na imprensa da LSI ou em boletins intrapartidários), o direito à organização política dessa divergência em tendências internas.

Apesar de elaborar estas críticas e de sugerir, no seu estatuto, algumas modificações na aplicação de seus pressupostos, os luxemburguistas afirmavam que o centralismo democrático criado pelos bolcheviques era uma boa formulação teórica de organização partidária. De fato, encontramos em seus estatutos muitas similaridades com os princípios descritos nos estatutos pecebistas, ainda que sempre acompanhadas das ressalvas sobre a necessidade de respeitar os fóruns

de livre debate. Reivindicando o princípio da “democracia interna que implica liberdade como consciência da necessidade de disciplina livremente consentida”.

A adoção crítica de algumas características do centralismo democrático, aliada à rejeição daqueles que seriam seus principais desvios autoritários, formam um conjunto que, a nosso ver, dá à organização descrita nos Estatutos da Liga um desenho que combinaria uma organização bem estruturada com espaços de participação das bases. Entre os casos aqui trabalhados, os documentos da LSI oferecem um panorama de uma organização que combinou de forma mais efetiva a preocupação com a manutenção da democracia na divisão do poder decisório interno com a elaboração crítica do contexto político. A nosso ver, essas características apontam para uma correlação importante entre traços organizativos e programáticos dos partidos.

#### **4. Conclusões**

Do modelo de partido leninista (em sua versão stalinista) adotado pelo PCB até o modelo luxemburguista da LSI, passando pelo trotskismo do POR, há um acréscimo significativo de princípios democráticos de organização. A coincidência dessa “progressão democrática” com a presença de propostas críticas ao desenvolvimentismo dos programas e textos dos partidos nos levou a investigar as possíveis ligações entre as variáveis.

Entre os partidos aqui estudados, o PCB apresentou maior proximidade com o programa geral do desenvolvimentismo, ainda que algumas variações programáticas tenham sido notadas durante o período. Essas variações giravam em torno de certa retórica revolucionária, presente no intervalo compreendido entre a data da cassação de seu registro legal (1948) e a morte de Getúlio Vargas (1954), no qual o partido recusou as alianças que vinha realizando com o governo. Em todo caso, os termos gerais de seu programa não chegaram a se alterar significativamente, reafirmando seus traços mais característicos: a noção do progresso industrial como motor da história, o projeto de revolução dividido por etapas, a afirmação da necessidade de superar a condição agroexportadora e de estabelecer um parque industrial no Brasil como meio para a resolução das questões ligadas à desigualdade social e aos limites do regime democrático-liberal. O período que segue até a reorientação total da linha política do partido, cristalizada no Congresso de 1960, apresenta o gradativo abandono do “tom radicalizado” encontrado nos documentos pré-1954, com maior aproximação às teses nacionalistas e desenvolvimentistas “oficiais”.

A aliança com o governo do “Plano de Metas” se casou perfeitamente com a nova diretiva soviética, que passou a defender que os partidos comunistas de todo mundo aderissem à tese da “convivência pacífica” com o pólo capitalista do globo e adotassem, no caso dos países subdesenvolvidos, a estratégia da “revolução democrático-burguesa”. O mesmo período significou, para os comunistas, o endurecimento da hierarquia interna, solapada por sucessivas manobras dos

núcleos dirigentes para implementar a nova política e sufocar os crescentes movimentos de contestação, com a diminuição da autonomia em relação às determinações soviéticas.

O POR apresentou aproximações relativas ao projeto desenvolvimentista, uma vez que a formulação de suas críticas ao modelo se encontrou bastante limitada pela submissão ao BLA e pela política de entrismo no PCB. Altamente centralizado pelo BLA, o partido apresentou os menores índices de democracia interna, já que o poder de decisão e de formulação política dos militantes se transferia para as mãos dos dirigentes do Bureau. Reivindicava o centralismo democrático criticando o autoritarismo do PCB como uma distorção do modelo, mas não conseguiu implementá-lo devido à sua baixíssima institucionalização, chegando a um modelo que mais se assemelhava ao “centralismo autocrático” descrito por Duverger. A formulação programática indica um aumento da pressão dos pressupostos pecebistas sobre as formulações do POR. A hostilidade do meio e a transformação da denúncia minuciosa e implacável de cada passo das direções comunistas em prioridade minaram a capacidade propositiva e de autoconstrução do partido.

A LSI apresentou o programa com menor adesão ao desenvolvimentismo, definido nos seguintes termos gerais: concordava com muitas propostas e análises feitas pelo POR, principalmente quando se tratava de criticar o extremo centralismo do PCB e de sua política de revolução democrático burguesa. A LSI reconhece o papel da organização política das massas fora dos partidos e sindicatos como formas legítimas de luta, afirmando que tais mobilizações também seriam capazes de fazer frente às questões colocadas para o país – inclusive com certa vantagem diante das corrompidas direções sindicais. A organização luxemburguista também ofereceu um quadro de altos níveis de democracia interna, com definições estatutárias que garantiam a livre participação e formulação de seus militantes. A conformação de uma organização mais democrática permitiu à Liga que concentrasse os esforços dos seus militantes na elaboração de uma leitura própria da conjuntura nacional e internacional, o que lhe conferiu maiores êxitos na formulação de um programa alternativo e de uma identidade organizativa própria.

A pesquisa revelou que os partidos que encontraram maiores obstáculos para a consolidação desses dois traços (que consideramos fundamentais na observação do processo de amadurecimento organizativo específico dos partidos clandestinos) foram justamente aqueles que contaram com recursos mais escassos para a formulação de programas de oposição originais, o que se traduziu, em ampla medida, em maior adesão às propostas políticas “oficiais”, alinhadas à ideologia desenvolvimentista propagada por governos e altos círculos intelectuais durante a década de 1950, no Brasil.

### ***Referências Bibliográficas.***

- Braga, S.S., 1997. A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946. *Fundação Maurício Grabois*. Available at: [http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id\\_sessao=50&id\\_publicacao=147&id\\_indice=886](http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=147&id_indice=886) [Accessed February 10, 2013].
- Coggiola, O., 1984. *O trotskismo na América Latina* 3ª edição., São Paulo: Editora Brasiliense.
- Duverger, M., 1987. *Os partidos políticos* 3ª edição., Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Ferreira, P.R., 2005. O Brasil dos trotskistas (1930-1960). *Cadernos AEL*, 22/23. Available at: [http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/article/view/21](http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/21) [Accessed October 17, 2012].
- Karepovs, D. & Neto, J.C.M., 2007. Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930-1960). In M. Ridenti & D. A. Reis, eds. *História do Marxismo no Brasil, Volume 5: Partidos e Organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas: Editora Unicamp, pp. 167–196.
- Neto, M.L.P., 2004. *À esquerda da Esquerda. Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966)*, São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Neto, M.L.P., 2005. Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964). *Cadernos AEL*. Available at: [http://143.106.35.204/publicacoes\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/article/view/24/28](http://143.106.35.204/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/24/28) [Accessed October 17, 2012].
- Panebianco, A., 2005. *Modelos de Partidos: organização e poder nos partidos políticos.*, São Paulo: Martins Fontes.
- PCB, 1954. *Resolução Política do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil*,
- Ribeiro, P.J.F., 2008. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Available at: [http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde\\_arquivos/21/TDE-2009-09-21T152735Z-2456/Publico/2140.pdf](http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/21/TDE-2009-09-21T152735Z-2456/Publico/2140.pdf) [Accessed October 17, 2012].
- Sachetta, H., 1992. *O caldeirão das Bruxas e Outros Escritos Políticos*, Campinas: Editora Unicamp e Pontes editores.
- Sáez, M.A., 2004. *¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos*, Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials.
- Segatto, J.A., 1989. *Breve história do PCB*, Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- Frente Operária, nº 5. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, junho de 1953.
- Frente Operária, nº 31. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, setembro de 1959.
- Liga Socialista Independente. *Projeto de Programa e Estatutos da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956. Disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp.
- Partido Comunista Brasileiro. Resolução Política do V Congresso do PCB. In *PCB: Vinte anos de política. 1958-1979*. Documentos. Coleção Questão Social no Brasil. Livraria Editora Ciências Humanas LTDA. São Paulo, 1980.

Partido Comunista Brasileiro. *Estatutos do Partido Comunista Brasileiro*. 1954. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/amazonas/1954/11/informe.htm>.

\_\_\_\_\_. *Resolução política do IV Congresso do PCB*. Disponível em [http://www.marxists.org/portugues/tematica/1954/congresso\\_pcb](http://www.marxists.org/portugues/tematica/1954/congresso_pcb)

\_\_\_\_\_. *Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil. In PCB: Vinte anos de política*. 1958-1979. Documentos. Coleção Questão Social no Brasil. Livraria Editora Ciências Humanas LTDA. São Paulo, 1980.